

ESTUDO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

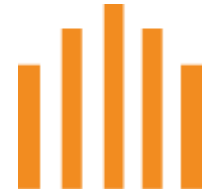
Desenvolvimento Regional e
Integrado

Regularização Fundiária

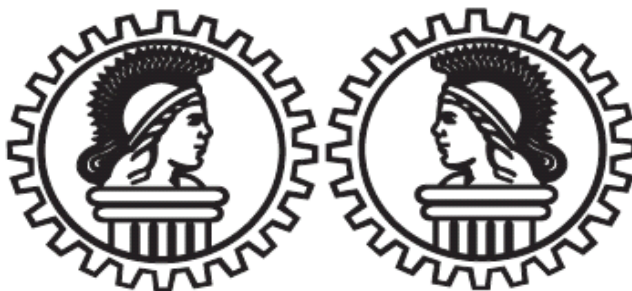


CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná



PROPONENTES



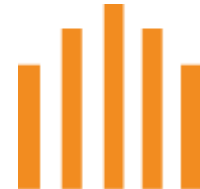
AENVAPI

*Associação dos Engenheiros do
Vale Piquiriguaçu*



CREA-PR

**Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná**



EBDM-ESTUDO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Os estudos básicos são elaborados pelas Entidades de Classe ligadas ao Sistema Confea/Crea/Mútua e tem como finalidade orientar os partidos políticos, candidatos, gestores públicos, autoridades e lideranças municipais acerca das ideias e soluções da engenharia, agronomia e geociências para o desenvolvimento sustentável dos municípios.

1 TÍTULO

Regularização Fundiária para Imóveis Residenciais e Rurais.

2 PÚBLICO ALVO

Proprietários de imóveis urbanos e rurais, com foco especial no público carente de baixa renda.

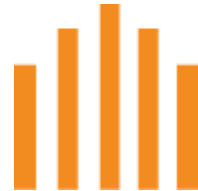
Autoridades municipais e estaduais.

Organizações não governamentais (ONGs) e instituições de apoio à regularização fundiária.

Instituições financeiras e investidores.

3 PROBLEMA

A ausência de regularização fundiária resulta em insegurança jurídica para os proprietários, dificultando o acesso a serviços públicos, crédito e programas de desenvolvimento. Tanto nas áreas urbanas quanto rurais, a falta de documentação formal das propriedades gera conflitos fundiários e limita o desenvolvimento econômico e social. A situação é particularmente crítica para famílias de baixa renda, que enfrentam maiores obstáculos para regularizar suas propriedades e acessar benefícios. Além disso, a irregularidade na documentação das propriedades contribui para a diminuição da arrecadação de impostos e tributos pela prefeitura, que deixa de receber receitas essenciais para a manutenção e melhoria da infraestrutura urbana e rural. Isso resulta em um



ciclo vicioso, no qual a falta de recursos financeiros limita a capacidade da administração pública em investir na cidade, agravando ainda mais os problemas sociais e econômicos enfrentados pela população.

A regularização fundiária é uma necessidade urgente e estratégica que pode transformar a realidade de muitos proprietários de imóveis, especialmente os de baixa renda. A insegurança jurídica e a falta de acesso a serviços essenciais são barreiras que precisam ser superadas para garantir dignidade e oportunidades de desenvolvimento. Com um planejamento estruturado, parcerias efetivas e um enfoque inclusivo, é possível não apenas formalizar a posse das terras, mas também promover a valorização dos imóveis, reduzir conflitos e fomentar um ambiente propício ao crescimento econômico e social. A implementação das propostas delineadas neste estudo não só beneficiará os proprietários de imóveis, mas também terá um impacto positivo na comunidade como um todo, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa e igualitária.

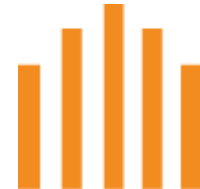
4 OBJETIVOS

Garantir Segurança Jurídica: Formalizar a posse dos imóveis, assegurando o direito à propriedade.

Promover Inclusão Social: Facilitar o acesso dos proprietários, especialmente os de baixa renda, a serviços públicos, infraestrutura e programas sociais.

Impulsionar o Desenvolvimento Econômico: Aumentar a valorização dos imóveis e facilitar o acesso ao crédito para investimentos.

Reduzir Conflitos Fundiários: Diminuir os litígios judiciais e conflitos relacionados à posse da terra.



5 PROPOSTAS

Mapeamento e Diagnóstico: Realizar um levantamento detalhado dos imóveis irregulares, identificando as áreas mais afetadas e as especificidades de cada caso, com ênfase nas propriedades de baixa renda.

Cadastro Técnico Multifinalitário: Implementar um sistema de cadastro integrado que reúna informações fundiárias e facilite a regularização.

Parcerias Estratégicas: Estabelecer colaborações com cartórios, universidades, ONGs e instituições financeiras para apoiar o processo de regularização.

Assistência Técnica e Jurídica: Disponibilizar suporte técnico e jurídico gratuito para os proprietários de baixa renda durante o processo de regularização.

Fontes de Financiamento: Identificar e mobilizar recursos de fundos federais, estaduais e municipais para financiar as atividades de regularização fundiária, com prioridade para os imóveis de baixa renda.

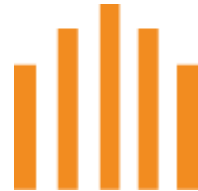
Etapas do Processo: Definir claramente as etapas do processo de regularização, desde a identificação dos imóveis até a emissão dos títulos de propriedade, com mecanismos específicos para atender às necessidades das famílias de baixa renda.

6 ANEXOS E REFERÊNCIAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Dados sobre a regularização fundiária e a situação das propriedades no Brasil.

Ministério das Cidades: Normas e diretrizes para a regularização fundiária urbana e rural.

Lei Federal nº 13.465/2017: Legislação que trata da regularização fundiária e seus dispositivos.



Organizações Não Governamentais: Relatórios e estudos sobre regularização fundiária, inclusão social e desenvolvimento econômico.

Artigos Acadêmicos e Teses: Pesquisas que discutem a problemática da regularização fundiária no Brasil, com foco em casos práticos e soluções implementadas em diferentes localidades.